



SP	354060	PORTO FELIZ	5879027	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	354070	PORTO FERREIRA	6874150	Municipal	2	Contratualização	R\$ 2.200,00
SP	354140	PRESIDENTE PRUDENTE	5098742	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	354190	QUELUZ	7102305	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	354200	QUINTANA	5178517	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	354260	REGISTRO	7025203	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	354330	RIBEIRAO PIRES	3800318	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	354340	RIBEIRAO PRETO	3594416	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	354360	RIFAINA	7181809	Municipal	2	Contratualização	R\$ 2.200,00
SP	354390	RIO CLARO	2033194	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	354520	SALTO	7535856	Municipal	1	Contratualização	R\$ 1.650,00
SP	354580	SANTA BÁRBARA D'OESTE	3483126	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	354780	SANTO ANDRE	3739635	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	354780	SANTO ANDRE	7368275	Municipal	2	Contratualização	R\$ 2.200,00
SP	354850	SANTOS	5333466	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	2025566	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	7495978	Municipal	3	Contratualização	R\$ 3.850,00
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	7846347	Municipal	3	Contratualização	R\$ 3.850,00
SP	354880	SAO CAETANO DO SUL	2706415	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	354890	SAO CARLOS	5109124	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	354910	SAO JOAO DA BOA VISTA	2040328	Municipal	1	Contratualização	R\$ 1.650,00
SP	354970	SAO JOSE DO RIO PARDO	7104812	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	7211228	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2027240	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2751844	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2751895	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2027631	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2042991	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2751836	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2751909	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2751968	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2752344	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2752352	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2786621	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2788071	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2788241	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2788268	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2788454	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2788527	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2788950	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	3257797	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	3382613	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	4050312	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	5380197	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	5468094	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	2072270	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	5012600	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	355030	SAO PAULO	7382413	Municipal	3	Contratualização	R\$ 3.850,00
SP	355070	SAO SEBASTIAO	2766086	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355100	SAO VICENTE	6050042	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355100	SAO VICENTE	6755755	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	355150	SERRANA	2083639	Municipal	1	Contratualização	R\$ 1.650,00
SP	355170	SERTAOZINHO	6223362	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355220	SOROCABA	2708760	Municipal	2	Contratualização	R\$ 2.200,00
SP	355240	SUMARE	2057980	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355250	SUZANO	3996514	Municipal	2	Contratualização	R\$ 2.200,00
SP	355260	TABAPUA	5589401	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355280	TABOAO DA SERRA	2052679	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	355370	TAQUARITINGA	7142358	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355400	TATUI	2823012	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355410	TAUBATE	2061236	Municipal	3	Recontratualização	-
SP	355500	TUPA	2072580	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355580	URANIA	7184263	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355620	VALINHOS	5598567	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355630	VALPARAISO	2047756	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355640	VARGEM GRANDE DO SUL	6342027	Municipal	1	Recontratualização	-
SP	355650	VARZEA PAULISTA	5025621	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355670	VINHEDO	7231601	Municipal	1	Contratualização	R\$ 1.650,00
SP	355700	VOTORANTIM	2087545	Municipal	2	Recontratualização	-
SP	355710	VOTUPORANGA	5974984	Municipal	1	Recontratualização	-
TO	170210	ARAGUAINA	2467720	Municipal	3	Recontratualização	-
TO	170550	COLINAS DO TOCANTINS	3921956	Municipal	1	Recontratualização	-
TO	170700	DIANOPOLIS	5070619	Municipal	1	Recontratualização	-
TO	170950	GURUPI	5052289	Municipal	1	Recontratualização	-
TO	171610	PARAISO DO TOCANTINS	2469030	Municipal	1	Recontratualização	-
TO	171820	PORTO NACIONAL	2468395	Municipal	2	Recontratualização	-

PORTARIA Nº 1.815, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Define os recursos financeiros destinados à implantação dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) em fase de implantação;

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dá outras providências; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Saúde Bucal/Departamento de Atenção Básica, constante do processo de credenciamento/habilitação desses serviços, resolve:

Art. 1º Ficam definidos, na forma do anexo a esta Portaria, os recursos financeiros destinados à implantação dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas na Portaria nº 283/GM/MS, de 2005, pelos Municípios/Estados pleiteantes, implica, na devolução ao Fundo Nacional de Saúde dos recursos repassados.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, em parcela única, dos recursos de antecipação dos incentivos financeiros para os Fundos Municipais/Estaduais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objetos desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 (PO 0000) Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada, categoria de Gastos Capital.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	TIPO DE REPASSE	CLASSIFI-CAÇÃO	INCENTIVO (R\$)
				CEO TIPO	IMPLANTACAO
MG	310620	Belo Horizonte	Municipal	II	R\$ 75.000,00
MG	310620	Belo Horizonte	Municipal	III	R\$ 120.000,00
PB	250650	Gurjão	Municipal	I	R\$ 60.000,00



PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	Municipal	II	R\$ 75.000,00
RJ	330414	Queimados	Municipal	II	R\$ 75.000,00
SE	280130	Capela	Municipal	II	R\$ 75.000,00
SP	355030	São Paulo	Municipal	III	R\$ 120.000,00
TO	172100	Palmas	Municipal	III	R\$ 120.000,00

PORTARIA Nº 1.816, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Define os recursos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas - CEO Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III; Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação; Considerando a Portaria nº 2.373/GM/MS, de 7 outubro de 2009, que altera o art. 4º da Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006; Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o Anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006; Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas - CEO e dá outras providências; e Considerando a Portaria nº 1.066/SAS/MS, de 2 de setembro de 2016, que habilita os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) a receberem os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, resolve: Art.1º Ficam definidos, na forma do anexo a esta Portaria, os recursos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas nas Portarias nº 599/2006, nº 600/2006 e nº 1.464/2011, pelos Municípios e Estados pleiteantes, implica, a qualquer tempo, no descredenciamento das Unidades de Saúde. Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores mensais para os Fundos Municipais e Estaduais de Saúde, correspondentes. Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 (PO 0000) Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFI-CAÇÃO	INCENTIVO (R\$)
					CEO TIPO	CUSTEIO MENSAL
AL	270710	Piranhas	7724438	Municipal	I	8.250,00
AM	130260	Manaus	7741499	Municipal	III	19.250,00
CE	230850	Mombaca	7647875	Municipal	I	8.250,00
GO	520055	Alto Horizonte	6917666	Municipal	I	8.250,00
MG	310620	Belo Horizonte	6753108	Municipal	II	11.000,00
MG	310620	Belo Horizonte	6753159	Municipal	III	19.250,00
MG	313750	Lagoa Formosa	2101114	Municipal	I	8.250,00
PA	150680	Santarém	7096992	Municipal	I	8.250,00
PB	250650	Gurjão	7873964	Municipal	I	8.250,00
PB	251270	Remígio	7753608	Municipal	I	8.250,00
PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	7447493	Municipal	II	11.000,00
PE	260320	Caetés	7202717	Municipal	I	8.250,00
PE	260370	Canhotinho	7330057	Municipal	I	8.250,00
PR	410600	Congonhinhas	7773153	Municipal	I	8.250,00
PR	410690	Curitiba	7619820	Municipal	III	19.250,00
RJ	330414	Queimados	7609981	Municipal	II	11.000,00
SE	280130	Capela	7620578	Estadual	II	11.000,00
SP	353340	Nova Odessa	7848862	Municipal	I	8.250,00
SP	354520	Salto	7535856	Municipal	I	8.250,00
SP	354870	São Bernardo do Campo	7846347	Municipal	III	19.250,00

PORTARIA Nº 1.818, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Habilita municípios no Programa "De Volta Pra Casa".

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e Considerando a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental; Considerando a Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003, que institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações; Considerando a Portaria nº 2.077/GM/MS, de 31 de outubro de 2003, que trata da regulamentação do Programa "De Volta para Casa", resolve: Art. 1º Ficam habilitados os municípios em anexo no Programa "De Volta Para Casa", conforme previsto na Portaria nº 2.077/GM/MS, de 31 de outubro de 2003. Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação desta Portaria, para formalizar a adesão dos Municípios ao Programa de Volta Pra Casa junto à Secretaria de Atenção à Saúde/Ministério da Saúde, conforme art. 3º da Portaria nº 2.077/GM/MS, de 31 de outubro de 2003. Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.2015.20AI - Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	MUNICÍPIO
SP	RINOPOLIS
SP	PARAPUA
SP	HERCULANDIA
SP	PEDERNEIRAS
RS	CARAA
SP	TAPIRATIBA
PR	VERA CRUZ DO OESTE
SP	FLORIDA PAULISTA
SP	CAPAÓ BONITO
SP	BIRIGUI
SP	MOGI GUACU
BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS
RJ	PATY DO ALFERES
SP	BASTOS
SP	OSVALDO CRUZ
SP	RIBEIRÃO GRANDE
SP	VARGEM GRANDE DO SUL
SP	MOGI MIRIM
RS	MANOEL VIANA
RS	ROSÁRIO DO SUL
SP	LUCÉLIA
SP	IBITINGA
MG	SÃO GONCALO DO PARÁ
SP	PARDINHO

PORTARIA Nº 1.819, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de São Paulo e municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e Considerando a Portaria nº 204/GM/MS de 29, de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; Considerando a Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Redes de Atenção Psicossocial, para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de Crack, Álcool e Outras Drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e Considerando a Portaria nº 1.093/SAS/MS, de 5 de setembro de 2016, que habilita os Serviços Hospitalares de Referência - SHR's e o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS AD III resolve: Art. 1º Ficam estabelecidos recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de São Paulo e Municípios para custeio de Serviços Hospitalares de Referência - SHR's e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS AD III no montante anual de R\$ 1.529.285,28 (um milhão, quinhentos e vinte e nove mil duzentos e oitenta e cinco reais e vinte e oito centavos), conforme anexo a esta Portaria. Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no artigo 1º desta Portaria, em parcelas mensais, aos Fundos Municipais de Saúde dos municípios listados no Anexo. Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População em Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Hospitalar - Plano Orçamentário 0002. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 9ª (nona) parcela de 2016.

RICARDO BARROS